



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NA RETÓRICA EMPRESARIAL: A ATUALIZAÇÃO DO *ETHOS* FORDISTA

Antonia de Lourdes Colbari

Universidade Federal do Espírito Santo

alcolbari@terra.com.br

Uma síntese inicial deste ensaio se expressa da seguinte forma: a educação e a qualificação para o trabalho se tornaram o pivô de uma construção discursiva que legitima percursos formativos mais consistentes e, ao mesmo tempo flexíveis, nos quais se enfatiza o desenvolvimento de saberes e competências múltiplas, continuamente atualizados, em resposta às exigências da sociedade do conhecimento e da inovação e à instabilidade do mercado de trabalho. E mais: além de escolarizar e/ou qualificar, trata-se de refinar os processos socializadores (no caso, civilizadores), tradicionalmente associados às funções da educação, com bem mostra a seguinte afirmação: “formar capital humano [na visão empresarial] significa não apenas preparar as pessoas nas respectivas profissões, mas também investir na formação de hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho, à vida comunitária e ao regime democrático”. (CNI, 2007:38)

Porém, na atualidade, ressurgem com muita força uma velha questão, agora com novos contornos, maior visibilidade, revestida de outras significações e exaltada como panacéia para todos os problemas sociais. Trata-se da relação educação, desenvolvimento e modernização da sociedade, incluindo-se neste processo a elevação da qualidade de vida da população. O investimento em educação e a produção de conhecimento aparecem como “pilares críticos” para se potencializar a capacidade de inovação e de competitividade das empresas, razão pela qual merecem destaque nos discursos das elites políticas e empresariais.

É inegável a influência da Teoria do Capital Humano no consenso produzido em torno da imperativa necessidade de se investir em educação e em ciência e tecnologia, sob ameaça de exclusão do circuito econômico global. Visto como investimento (e não mais o “gasto”), o incremento do “capital humano”) introduz a educação no centro das políticas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, legitima os gastos públicos no setor (López-Ruiz, 2004).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Cabe lembrar que o processo de constituição do capitalismo brasileiro foi marcado pela presença do Estado e dos empresários na condição de atores decisivos, inclusive no eixo da formação para o trabalho assalariado e, recentemente, também no eixo da formação para os diversos arranjos de trabalho.

Segundo Eli Diniz (1996; 2000), no período de 1930 e 1990, o empresariado brasileiro não ocupou a posição hegemônica no tocante à formulação e à imposição de um projeto de desenvolvimento capitalista, mas demonstrou elevada capacidade de influenciar as políticas econômicas setoriais, sobretudo pelo trânsito na burocracia pública e interlocução direta com o poder executivo, desfrutando de uma situação privilegiada que lhe poupara das disputas com outros atores sociais.

A inserção na produção e circulação de bens e serviços e a capacidade de influenciar processos decisórios, em âmbito macrossocial, historicamente, garantiram aos empresários uma posição de destaque na definição dos conteúdos da educação, principalmente na modalidade profissional. Tiveram atuação decisiva na definição do modelo de ensino profissional que, na década de 40, culminaria com a criação do SENAI e do SESI e, posteriormente, das demais instituições integrantes do Sistema S. De inspiração fordista, o SENAI articulava conteúdos técnicos e ideológicos na criação de uma pedagogia industrial do trabalho industrial, direcionada a desenvolver as competências profissionais básicas e a difundir um conjunto de valores, atitudes e crenças que favoreciam a interiorização da ética do trabalho (Colbari, 1995).

No presente estudo, ressalta-se a tentativa dos empresários para liderar a afirmação de um padrão hegemônico ancorado no setor industrial. Índícios desse projeto se fazem presentes nas posições assumidas frente ao poder executivo e nas disputas nas arenas parlamentar e social, em particular nos esforços para mobilizar os segmentos da esfera pública, da esfera privada e do chamado “terceiro setor” em torno das ações de formação e de qualificação profissional.

O corpus da pesquisa se constitui de documentos divulgados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) que, desde sua origem, vem se constituindo em um complexo organismo de representação do empresariado industrial brasileiro, capaz de aglutinar a vontade coletiva deste segmento e realizar a intermediação de seus interesses, por meio de uma expressiva capacidade de influência sobre o os poderes Executivo e Legislativo e sobre a opinião pública. (Rodrigues, 1997) Fundada em 1938,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a CNI é a instância superior da representação industrial e congrega federações estaduais dotadas de estruturas administrativas próprias e com relativa independência na formulação de projetos, incluindo as ações pedagógicas. Porém, os documentos da CNI norteiam as ações das federações estaduais que, no campo educacional, atuam por meio da tríade SENAI, SESI e IEL.

Alguns documentos foram considerados emblemáticos nesta tarefa de explicitar a capacidade de formulação e de intervenção das elites empresariais do setor industrial brasileiro na contemporaneidade. Foram analisados vários textos publicados nos últimos vinte anos, mas um tratamento especial foi reservado aos mais recentes, em particular aqueles apresentados ao Congresso (“Agenda Legislativa da Indústria”) e aos candidatos à eleição para o Executivo Federal, nos quais se evidenciam as preocupações, demandas e formulações, em uma clara demonstração de que a estrutura de representação corporativista foi e continua sendo portadora de grande capacidade interferir na agenda pública. (Mancuso, 2004).

Alem da representação corporativa de interesses setoriais, a CNI tem assumido uma atuação política propositiva nas diferentes instâncias de tomada de decisões públicas e na formação da opinião pública, tendo em vista aglutinar forças a favor de objetivos políticos mais amplos, como a educação, a inovação, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais. Portanto, o padrão de ação política desses atores não se limita à reação às contingências econômicas; são eles portadores de projetos políticos específicos (Mancuso e Oliveira, 2006), pelos quais estão dispostos a mobilizar segmentos da sociedade para além de sua base de representação.

A análise de conteúdo desses documentos, neste momento da pesquisa, ancorou-se em dois eixos temáticos, a partir dos quais se arma a reflexão sobre os esforços no sentido de se afirmar um padrão de hegemonia capitaneado pelo setor industrial brasileiro: educação e inovação; e o papel da indústria e de seus empresários como atores decisivos do processo de desenvolvimento e da modernização da sociedade.

Educação e Inovação: pilares do desenvolvimento e da promoção social

No eixo educação/inovação, duas linhas de ação são priorizadas, nos documentos analisados: a educação básica e a educação/qualificação para o trabalho.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Seguindo a ordem cronológica, algumas temáticas são pontuadas:

A primeira refere-se à constatação da fragilidade do sistema educacional e sua inadequação para a formação dos recursos humanos demandados pelo setor produtivo. Os ainda elevados índices de analfabetismo e a baixa qualidade da educação brasileira impunham limites à capacidade da força de trabalho ser aproveitada no desenvolvimento de um novo modelo econômico. Outro ponto crítico era o distanciamento entre o sistema educacional e “as verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas”. Esta distância tenderia a se agravar, na medida em que a introdução de novas técnicas de produção elevasse a “demanda por trabalhadores mais qualificados, aptos para funções complexas”. (CNI, 1988:19).

Em 1993, o documento *Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários* (CNI, 1993) destacava a dependência existente entre a elevação da produtividade e da competitividade das empresas do setor, inclusive nos ramos tradicionais, em relação aos patamares de educação de nível fundamental e médio, sendo esta articulada à formação profissional.

O aumento da produtividade industrial exigia investimento intensivo em tecnologia e da “qualidade do capital humano” que, por sua vez, depende da “qualidade da educação” – a condição para se elevar a bagagem cognitiva e as habilidades operacionais e comunicativas dos trabalhadores. Um bom sistema educacional se tornaria uma condição de redução das desigualdades sociais, pois garantiria mais igualdade via inclusão social. Um círculo virtuoso se armava: com o aumento da produção crescem as perspectivas de crescimento do salário real o que, por sua vez, tem impacto na expansão da demanda, gerando um processo auto-sustentado de desenvolvimento, com maior equidade na distribuição de renda.

Mas para cumprir o papel de alavanca econômica e social, a formação geral em nível fundamental e médio necessitava ser reformulada, inclusive para alicerçar a educação profissional, e assim constituir as competências múltiplas a serem atualizadas continuamente em resposta às exigências da sociedade do conhecimento. (Guilhon, 2005)

Em suma: a incorporação de novas tecnologias no processo produtivo requer uma força de trabalho apta a aprender e a desenvolver novas técnicas bem como a utilizar as inovações. O patamar e as mudanças das tecnologias tornam o aprendizado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

profissional mais dependente da educação básica: o suporte de conhecimentos e habilidades relacionados à capacidade de leitura, matemática, de interpretação e de raciocínio lógico.

No terreno da qualificação profissional, o discurso da CNI reitera a necessidade da polivalência, ou seja, o trabalhador deve ser capacitado para atuar em diferentes postos de trabalho dentro de uma mesma “família ocupacional”, mas também a independência profissional. Os percursos formativos deverão propiciar o desenvolvimento do pensamento teórico e abstrato, da capacidade de “analisar, de pensar estrategicamente, de planejar e de responder criativamente a situações novas”, e também das “capacidades sócio-comunicativas” necessárias à promoção do “trabalho cooperativo em equipe”. (CNI, 1993:9)

Não menos importante, neste debate é a integração da questão educacional à agenda de “modernização” das relações trabalhistas, com vistas a assegurar a flexibilidade no mercado de trabalho, pois uma formação profissional mais densa facilita aos trabalhadores a circulação entre as ocupações. Desta forma, reduzir-se-ia o componente estrutural do desemprego. (CNI, 1995) A redução do custo da mão de obra e elevação do investimento em educação são ressaltadas como formas de facilitar a criação de novas possibilidades de inserção produtiva dos trabalhadores. Neste mesmo teor, o documento “Emprego na indústria” (CNI, 1997) atribui ao modelo econômico adotado a responsabilidade pela elevação dos índices de desemprego na década de 90 e reafirma que a criação de empregos depende do ambiente macroeconômico, mas também da redução do custo da mão-de-obra e das políticas ativas de trabalho. Entre elas, mais uma vez, ressalta-se o investimento na educação como forma de facilitar a criação de novas possibilidades de inserção produtiva dos trabalhadores.

O treinamento dos desempregados, visando sua recolocação no mercado de trabalho em postos de maior qualificação, é uma das principais políticas destinadas a reduzir o desemprego. As profundas mudanças tecnológicas das últimas décadas e os novos processos produtivos instalados exigem, cada vez mais, empresários e trabalhadores qualificados e capacitados. Por isto, e pelos efeitos benéficos que tem sobre a realidade social e econômica, a educação é, mais do que nunca, a prioridade nacional. Investir nas pessoas e na sua educação é uma das condições básicas para a construção de uma economia mais eficiente e de uma sociedade mais justa (CNI, 1997:28)

Afinal, o desemprego atual vem sendo caracterizado como essencialmente tecnológico, e nada mais natural que apostar na requalificação da mão-de-obra como forma de minorar os impactos da introdução das novas tecnologias sobre o nível de emprego. Neste contexto, vem ganhando realce cada vez maior a noção de “empregabilidade”, ou seja, propiciar aos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

segmentos mais vulneráveis da população trabalhadora as condições mínimas para a obtenção de emprego (CNI, 1997:29).

Constatava-se que, diante das transformações ocorridas em âmbito mundial nos setores produtivo, social e político, nas últimas décadas do século XX, a sociedade brasileira fora desafiada a mudar o padrão de desenvolvimento industrial. Neste contexto, a indústria precisava buscar mercados externos, o que dependia de sua competitividade, por sua vez dependente tanto da incorporação do progresso técnico e de um novo patamar de escolaridade e formação profissional do trabalhador, quanto das reformas do estado como resposta à crise fiscal e à desarticulação administrativa. (CNI, 1998) As políticas de qualificação profissional serão justificadas em decorrência de sua função estratégica para economia, tendo em vista as modificações ao longo do tempo pelas quais passaram as atividades do setor produtivo. (Guilhon, 2005).

Em 2005, registra-se a divulgação de um importante documento - *Educação Para a Nova Indústria* - que integrava o *Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015*, realizado pela CNI e incorporado pelas federações estaduais. Não restam dúvidas de que o estudo reflete o peso do crescimento industrial do país na diminuição dos níveis de desemprego, assim como a preocupação com os impactos sobre as competências requeridas para o trabalho e sobre os perfis profissionais, decorrentes da contínua mudança nos processos produtivos desencadeada pela incorporação crescente de tecnologia.

Neste documento reitera-se a importância da educação para a sustentação de um processo de desenvolvimento econômico e social:

“A educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação de trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias.” (CNI, 2005:10)

Permeia as proposições do documento da CNI a crença de que o

“capital humano nas organizações, considerado na sociedade do conhecimento como o principal ativo das empresas, é formado pelo conjunto de habilidades que as pessoas detêm, adquiridas por meio de processos educativos, treinamento ou da experiência. As chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condição para o desenvolvimento das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida. Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria.” (CNI, 2005:22)



A elevação da qualificação profissional pressupõe uma formação mais densa em conteúdos científicos e culturais. O ensino de ciências deve ser reforçado, estimulando os educandos à “apropriação dos conhecimentos da física, da química e da biologia com suas particularidades metodológicas” e para o exercício de atividades de pesquisa, experimentação, descoberta e a validação. (CNI, 2007)

Ainda neste vetor, a proposta de escola de tempo integral é outra ferramenta para melhorar a qualidade da educação, pois a ampliação da jornada escolar favorece a articulação das "ações de ensino-aprendizagem com ações de cultura, esporte e lazer e, no que concerne ao nível médio, com a educação profissional”. Refinam-se os processos socializadores/civilizadores, com ilustra a seguinte afirmação: “A escola de tempo integral atualiza o conceito de currículo, possibilitando ao aluno adquirir hábitos de vida saudável, ampliar o capital cultural, incentivar a leitura, conhecer novos idiomas, participar de processos de inclusão digital e de formação profissional.” (CNI, 2007: 23) Em outras passagens do referido texto, reitera-se esta vocação civilizadora da educação:

(...) “a educação profissional é um conceito que ultrapassa os limites da escola” e “é a maneira de emancipar o indivíduo pelo trabalho. O projeto educacional [do SENAI] visa à formação de cidadãos capazes de atuar de maneira autônoma, crítica, consciente e participativa no ambiente de trabalho e na vida cotidiana.” (Idem, p.29)

No caso específico do trabalhador do setor industrial, além da elevação da escolaridade básica da força de trabalho de forma coordenada com educação profissional, a proposta é a “Educação Continuada do Trabalhador da Indústria”, como um “processo permanente de aprendizado e de incorporação de conhecimentos gerados pelo progresso científico e tecnológico, propiciando o desenvolvimento pessoal e profissional.” (CNI, 2007:24)

Outra fonte documental relevante para o entendimento do envolvimento da CNI no campo da educação é a Agenda Legislativa da Indústria. Nos anos de 2008 a 2011, a Agenda destaca o desafio da qualidade como prioridade do sistema educacional brasileiro. “A indústria necessita de recursos humanos qualificados, criativos e com capacidade empreendedora. Essa é a base para a elevação da produtividade e crescimento sustentável da renda.” (CNI, 2010a:21) As condições para o “salto



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

qualitativo em todos os níveis” pressupõem atingir alguns objetivos: qualidade da educação básica; educação superior de qualidade e adequada às necessidades da economia do conhecimento e do sistema produtivo; inclusão digital; difusão da cultura empreendedora e inovativa, bom como dos valores de livre iniciativa e ética empresarial; fortalecimento da educação profissional e tecnológica.

Este elenco de desafios se coaduna com uma das teses mais presentes nos documentos da CNI: “A educação é a base para a produtividade e inovação”, estando ambas (a educação e a inovação) no “DNA dos casos de sucesso de empresas brasileiras que se tornaram mais competitivas nos mercados nacional e internacional”. Se a carência de trabalhador qualificado compromete o aumento da produção e da produtividade e a própria competitividade do País, torna-se imperativa uma agenda “positiva e prioritária” que supere as deficiências educacionais. Sem enfrentar este desafio, ficam comprometidos tanto os esforços de inovação – sendo esta uma “variável estratégica das empresas brasileiras” – quanto aqueles de promoção do desenvolvimento social e de redução das desigualdades. Os benefícios seriam gerais, nesta cadeia virtuosa: aumento da produtividade, novas oportunidades de empreendedorismo, criação de empregos e elevação da remuneração de investidores e de trabalhadores. (CNI, 2002; 2006)

Além do aperfeiçoamento qualitativo de todos os níveis de ensino e adaptação deles às exigências da sociedade e do setor produtivo, no que se refere ao plano nacional de pós-graduação, reivindica-se a prioridade para as “áreas do conhecimento que atendam as demandas de política industrial e comércio exterior, promovendo o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica”. Além de atender a essas demandas, outro imperativo é o desenvolvimento das regiões com indicadores sociais, econômicos, culturais ou científicos inferiores à média nacional. (CNI, 2008)

A justificativa da proposta aponta a inadequação e insuficiência, agora, da oferta de educação superior em atender os “crescentes níveis de exigência e de complexidade no trabalho e em função das inovações tecnológicas e das novas formas de organização da produção“. Para se adequar a educação superior ao “projeto de Nação“, alguns aspectos devem ser priorizados: as pesquisas em “áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento socioeconômico, industrial e tecnológico“ e a “formação tecnológica



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

voltada a profissões emergentes e decorrentes da constante inovação gerada no setor produtivo“, principalmente “os cursos de graduação e pós-graduação nas engenharias, ciências exatas e biológicas“; estimular a pesquisa colaborativa, a criatividade, a inovação, o empreendedorismo, o espírito crítico e o rigor acadêmico-científico; e flexibilizar os “modelos para possibilitar conteúdos programáticos adequados aos níveis de desenvolvimento científico e tecnológico demandados pelo setor produtivo, pelo processo de inovação e pela competitividade internacional“. (CNI, 2008; CNI, 2009)

Em outros documentos, a CNI reivindica a presença mais forte da ação estatal nos investimentos em ciência e tecnologia, inclusive por meio do estímulo para investimentos privados em P&D, via isenção fiscal: a política tecnológica deveria incluir a redução de barreiras à importação de tecnologia. Outro vetor da ação em prol do aumento de competitividade estava na aproximação entre exigências do setor produtivo e a estrutura e o funcionamento do sistema educacional. (CNI, 2007; 2010)

Em resumo, as percepções empresariais sobre a educação destacam: a obrigação do Estado de garantir uma contínua formação profissional adequada ao perfil do trabalhador produzido pela acumulação flexível, ou seja, capacitação para o enfrentamento da permanente instabilidade um mercado de trabalho; e a universalização da Educação Básica que deve ser complementada pela Formação Profissional, esta, por sua vez, acompanhará toda a vida produtiva do trabalhador.

Apesar do reconhecimento do papel do estado no desenho e na operacionalização do sistema educacional, percebe-se, nos documentos analisados, a insistência na necessidade das organizações empresariais contarem com um “sistema próprio e compulsório de financiamento de formação profissional”, tendo em vista o período de duração e a complexidade da “formação de recursos humanos de alta qualificação”. O caráter compulsório e a participação ativa dos empresários na sustentação de um sistema de ensino/capacitação profissional são considerados cruciais para viabilizar processos formativos adequados para abastecer o mercado de mão-de-obra qualificada nas novas práticas produtivas que envolvem várias áreas do conhecimento, “muita assistência pessoal”, “estabilidade, continuidade e planejamento de longo prazo” e foco nas tendências do mercado e das mudanças tecnológicas. A precisão deste foco demanda agilidade, flexibilidade e ajustes contínuos nos processos de formação. (CNI, 2005)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mais uma vez, a influência de Schultz (1973) é evidente. A educação não se desprende de seu caráter de investimento direcionado à aquisição de conhecimentos e capacidades operacionais, técnicas e gerenciais decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos incorporados e/ou estimulados pela dinâmica do sistema capitalista. Portanto, a defesa de investimentos crescentes em educação tem foco: um tipo de educação direcionada a produzir os recursos humanos úteis ao funcionamento do sistema. No padrão atual de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, a demanda recai prioritariamente na formação de nível técnico e os profissionais de nível superior nas áreas tecnológicas.

A “vocação” da indústria: o *ethos* fordista

Inicia-se o desenvolvimento deste tópico com a seguinte constatação: faz parte do sistema de crenças do empresariado do setor industrial a idéia de que a visão empreendedora, “forjada a partir dos desafios da economia real”, sustenta a “liderança empresarial catalisadora” e faz dos empresários “agentes do desenvolvimento e da mudança”, cuja ação pode ter influências positivas de alcance mais amplo, como no processo de elaboração e de implantação de políticas públicas e na mobilização da sociedade nos esforços de modernização da economia e das instituições brasileiras. (CNI, 2005)

Algumas afirmações nos documentos analisados ilustram a percepção dos empresários do setor industrial sobre a própria inserção na economia brasileira e os desdobramentos para os outros domínios da vida social:

“Queremos consolidar o Brasil como uma economia competitiva e inovadora, capaz de crescer de forma sustentável e gerar mais e melhores empregos. Queremos uma economia inserida na sociedade do conhecimento, reconhecida como uma das principais plataformas da indústria mundial.” (CNI, 2006:19)

A CNI tem uma visão de longo prazo para o País: é o Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015). O Mapa define objetivos, metas e programas, capazes de consolidar o Brasil como uma economia competitiva, inserida na sociedade do conhecimento e base de uma das principais plataformas da indústria mundial: inovadora, com capacidade de crescer de forma sustentável, com mais e melhores empregos. (CNI, 2006:17)

“A indústria brasileira tem ambição. A sua visão de Brasil é a de um País capaz de superar a pobreza e desigualdade sobre as bases de uma sociedade democrática e de uma economia de mercado competitiva.” (CNI, 2002:11)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A “ambição” da indústria se sustenta no sistema de crenças, nas elaborações normativo-valorativas construídas sobre si própria, incluindo a crença em sua capacidade para liderar o crescimento sustentado da economia brasileira, reiterando-se a tendência de reconhecimento da força transformadora da indústria: os países com ritmos de crescimento expressivos e sustentáveis têm na indústria manufatureira a fonte de dinamismo, em decorrência de seu impacto na produtividade global da economia, de seu efeito multiplicador sobre o crescimento. São vários os fatores que sustentam a importância da indústria: “principal responsável pela produção e difusão do avanço tecnológico, com impacto nos demais setores da economia, e contribui, de forma significativa, na geração de empregos e divisas”.

Como porta de entrada para as inovações tecnológicas, em decorrência da premente necessidade de atualizar seu ciclo produtivo, a indústria tem seu destino atrelado à própria capacidade de assimilar e produzir inovação, o que coloca em relevo outra característica do setor: a demanda de formação de uma mão de obra qualificada, capaz de absorver e acompanhar as mudanças na tecnologia.

As proposições da CNI ancoradas em um projeto de desenvolvimento no qual a indústria ocupa um lugar estratégico não parecem reiterar as teses sobre a suposta debilidade política do setor empresarial brasileira, teses essas alvo das críticas de Diniz (2000); Mancuso, 2004; e Mancuso & Oliveira (2006).

Faz parte desta investida da CNI no sentido de afirmar um projeto de desenvolvimento, a defesa da mudança nos marcos reguladores, considerados inibidores da iniciativa econômica. As condições favoráveis ao desenvolvimento dependem também da qualidade e do aperfeiçoamento da institucionalidade, com regras claras e seguras que estimulem “a auto-regulação ou co-regulação que sustentam o espírito empreendedor dos empresários”. Esse aperfeiçoamento envolve várias ações: mudanças na legislação tributária e trabalhista; desburocratização, transparência e eficiência da gestão pública; segurança jurídica e eficiência do judiciário; defesa da concorrência e da propriedade intelectual, segurança pública; e o aperfeiçoamento permanente do sistema político. (CNI, 2005)

Nesta retórica, torna-se mais nítido o papel reservado pelos empresários industriais ao Estado: a coordenação dos agentes produtivos, a garantia da regência das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

leis de mercado e da criação/preservação de um ambiente político-institucional favorável ao aumento de produtividade e eficiência econômica.

Mas se essas demandas enunciam interesses particulares do setor, a bandeira da educação favorece a aproximação entre o específico e o geral. A representação da educação como panacéia está presente no imaginário coletivo, sendo reconhecida como uma via legítima de mobilidade social e uma forma de combate à pobreza e à marginalidade. E mais, é uma condição vital tanto para sustentar uma economia cada vez mais dependente de conhecimentos e de inovação quanto para construir uma sociedade pautada por parâmetros de justiça, de igualdade (pelo menos de oportunidade) e de reconhecimento social.

Esta forte representação da educação no imaginário social impregna as instituições que compõem o aparato produtivo-administrativo das empresas e o aparato estatal, tanto em duas estruturas objetivas quanto nas estruturas cognitivas. (Bourdieu, 2000), e contribui para sedimentar o processo de legitimação de certas práticas de intervenção social. No caso das instituições empresariais, é possível identificar o processo apontado por Habermas (1987) de busca pela legitimação comunicativa dessas instituições, ou seja: a legitimidade da ação estratégica depende de sua sujeição aos imperativos da razão comunicativa.

A análise dos documentos da CNI contribuiu para desvendar aspectos do universo de significação dos empresários, a configuração de interesses e de idéias que alimenta as suas motivações e demarca o quadro cognitivo-valorativo subjacente às percepções em relação às articulações mercado, sociedade e estado. Dessas percepções derivam as construções discursivas utilizadas para a mobilização de diversos segmentos sociais, tendo em vista a obtenção de recursos institucionais necessários ao fomento do desenvolvimento econômico e à formulação e implantação de políticas públicas dirigidas ao enfretamento dos problemas sociais.

Observa-se a presença de uma visão de mundo e de um projeto de futuro que impulsiona a elite industrial a uma postura militante de afirmação de uma “personalidade cívica”, empenhada em legitimar os interesses da indústria sob o imperativo da realização do bem comum, um símbolo do “mundo cívico” (Boltanski & Thévenot, 1991). A estratégica inserção na ordem econômica faz dos empresários “agentes do desenvolvimento e da mudança”, cuja ação e influência se espraiam para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

outras esferas da vida social.

O conteúdo dos documentos da CNI, analisados neste artigo, aponta uma “agenda empresarial” cujo escopo extrapola os limites da racionalidade instrumental que garante a inserção e o reconhecimento dos empresários e executivos no “mundo social” mercantil e industrial (posses materiais, sucesso econômico, poder e capacidades empreendedoras, etc.). É esta racionalidade estratégica que inspira a aproximação com várias forças políticas, no esforço conjunto de mobilizar a sociedade em torno de uma agenda de políticas favoráveis ao desenvolvimento. Não é outro o teor do apelo para que “as forças políticas da nação e da sociedade civil alinhem-se em torno de uma agenda comum e desenvolvam um processo de negociação capaz de avançar a agenda modernizadora.”(CNI, 2006)

A proposição de uma agenda para a indústria inclui ações, entre elas a formulação das políticas públicas, e discursos associados a outros universos de significação, independentes da preocupação em se obter riqueza e do poder (Boltanski e Thévenot, 1991). Por sua vez, a posse de capital produtivo e financeiro não dispensa a busca pelo capital social – a rede de relações que assegura uma posição de destaque na hierarquia de *status*, a capacidade de influência e o reconhecimento do prestígio social (Bourdieu, 1980; Coleman 1990).

A lógica da ação utilitária (a defesa dos interesses econômicos e políticos) e também a busca do reconhecimento externo ao grupo de referência – a afirmação como ator relevante para o conjunto da sociedade e a legitimação da própria atividade econômica – justificam a preocupação das elites empresariais em ocupar espaços na arena pública. Preocupam-se com a defesa dos interesses do mundo dos negócios quando se propõem a potencializar a “capacidade de tornar visível a agenda do setor e defendê-la frente às autoridades públicas, parlamentares, partidos, lideranças, formadores de opinião e da sociedade”, os atores que “interferem, influenciam e decidem sobre as políticas públicas”. (CNI, 2005)

Comentários Finais

Para finalizar este ensaio, retomam-se alguns postulados das propostas empresariais do setor industrial.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

É recorrente a visão da educação como estratégia de racionalização na constituição e organização do mercado de trabalho e como eixo de sustentação do processo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e social. Observa-se uma linha de continuidade, embora com singularidades impostas pelas diversas conjunturas, a respeito da relação entre educação, inovação e desenvolvimento, bem como ao papel assumido pelos empresários do setor industrial no desempenho da economia, na constituição e organização do mercado de trabalho e na liderança da modernização da sociedade.

O "ethos" fordista se atualiza, na medida em que esta construção se espalha por diversos setores da opinião pública, no discurso de diferentes segmentos sociais. Amplia-se o papel diretivo dos empresários na sociedade: além da presença no debate de idéias, integram diversos arranjos sociais institucionalizados, ou não, voltados para a promoção da educação, alçada esta à condição de via principal tanto para a inovação (e, portanto para sustentar dinâmicas econômicas competitivas) quanto para o desenvolvimento social, via redução das desigualdades sociais.

Ressurge com força uma tese antiga, mas que ganhou novas significações e se converteu em uma panacéia. Trata-se da relação educação, desenvolvimento e modernização da sociedade, uma tríade que demanda, em escala cada vez mais ampliada, o investimento na elevação e na qualidade da escolarização dos indivíduos, o fomento da inovação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de inclusão social.

No discurso dos empresários, o investimento em educação comporta um sentido econômico, suporte do crescimento da produção de riqueza, mas também um sentido político e ético-moral: o crescimento intelectual, a afirmação de um direito e de identidades legítimas. As vantagens econômicas e morais da elevação da educação e das qualificações profissionais legitimam a configuração de poder econômico e político, bem como das estruturas de governança que emergem da aliança entre governo estadual, empresários e outros setores da sociedade civil.

Referências

BOLTANKI, L. & THÉVENOT, L. De la justification. Les Économies de la Grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- BOURDIEU, P. Le capital social – notes provisoires. Actes de la recherche em sciences sociales, Paris, nº 31, janeiro de 1980, p. 2-3.
- BOURDIEU, P. Les structures sociales de l'économie. Paris: Seuil, 2000.
- CNI. A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor. Brasília, 2010.
- CNI. Ag Conceitos 15/12/2010; 2010a; www.cni.org.br; acessado em 10/06/2011.
- CNI. Crescimento. A visão da indústria – Brasília: CNI, 2006.
- CNI. A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento. Brasília, 2002.
- CNI. Agenda Legislativa da Indústria, 2008
- CNI. Agenda Legislativa da Indústria, 2009
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. CNI, Sesi, Senai. Brasília : CNI, 2007
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015 . Brasília: CNI/DIREX, Parte 1, 2005.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. Mapa Estratégico da Indústria: 2007- 2015 . Brasília: CNI/DIREX, Parte 2, 2005a.
- CNI. Confederação Nacional da Indústria. Políticas públicas de inovação no Brasil : a agenda da indústria /Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2005b.
- CNI. Competitividade e crescimento: a agenda da indústria. Brasília, 1998.
- CNI. Competitividade Industrial: uma visão estratégica para o Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- CNI. Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças. Rio de Janeiro: CNI, 1997.
- CNI. Modernização das relações de trabalho: princípios e objetivos. Rio de Janeiro: CNI, 1995.
- CNI. Rumo ao crescimento: a visão industrial – sumário executivo. Rio de Janeiro: CNI, 1994.
- CNI – Confederação Nacional da Indústria. Sistema CNI: um novo perfil. Rio de Janeiro: CNI, 1994.
- CNI. Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1993. Texto apresentado na VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-americanas. Salvador, BA, 12 a 16 de julho de 1993.
- CNI. Rumo à estabilidade e ao crescimento. Rio de Janeiro: CNI, 1992.
- COLBARI, A. Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo: Letras & Letras/SPDC/UFES, 1995.
- COLEMAN, J. Foundations of Social Theory, Cambridge, Harvard University, 1990.
- DINIZ, E. A busca de um novo modelo econômico: Padrões alternativos de articulação público-privado. Revista de Sociologia e Política, nº 14, Curitiba, junho de 2000, p. 7–28.
- DINIZ, E. As Elites Empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE. Porto Alegre, 1996, p. 55-79.
- DINIZ, E. Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil. IN: KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E. R.; CAPPELLIN, P. (org). Empresas, Empresários e Globalização. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- FRANCO, A. (1993). Modernização e educação. Indústria e Produtividade, n. 278, p. 3,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

jul./ago.

GRAMSCI, A., Americanismo e Fordismo, em Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUILHON, M. V. M. Avaliação do Planfor entre a adesão de sujeitos sociais e a acomodação de interesses em torno da política: uma trajetória em direção à tecnificação. Tese de doutorado. UNICAMP. 2005.

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. O 'ethos' dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp, 2004.

MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 3, 2004, pp. 505 a 547.

MANCUSO, W. P.; OLIVEIRA, A. J. de. Abertura Econômica, Empresariado e Política: Os Planos Doméstico e Internacional. Revista Lua Nova, nº 69. São Paulo, 2006, p. 147-172.

RODRIGUES, J. O Moderno Príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998. 153p.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. American Economic Review, v. LI, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SCHULTZ, T. W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.